



Nº 17 – NOVEMBRO 2016

DESTAQUES

COP 7 chega ao fim exortando países a buscarem alternativas produtivas ao tabaco Brasil quer fortalecer agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

O discurso economicista da cadeia produtiva do tabaco de líder global em exportação de tabaco tem encontrado como contraponto o reconhecimento do Brasil como referência em políticas de diversificação de áreas plantadas pelos países tratadistas da CQCT. Ao fim da COP7, o tema diversificação finalmente pode começar a se fazer presente juntos aos países consumidores de tabaco.

Por isto o Brasil, nos próximos dois anos, quer avançar nas políticas de diversificação, e abrir portas para intercâmbios para refletir os resultados na 8ª COP, que ocorrerá em Genebra, em 2018.

Para o chefe da delegação brasileira e também Embaixador do Brasil na Índia, Tovar da Silva Nunes, o apoio direto na busca por alternativas economicamente viáveis irá se somar à agenda 2030 pelo desenvolvimento sustentável, sem deixar de olhar para o produtor e garantir a ele um processo gradual e seguro de diversificação.

A agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável vem sendo assimilada pelas instituições públicas de maneira gradativa. Para comemorar o primeiro ano de adoção da Agenda 2030, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou cerimônia de hasteamento da bandeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Concebida em 2012, na Conferência Rio+20, e instituída a partir de 2015, a Agenda 2030 propõe 17 objetivos e 169 metas que buscam fortalecer a paz universal e o desenvolvimento sustentável do planeta.

Fonte: SE-Conicq

BRASIL

Medido na cesta básica, cigarro interfere na renda familiar do brasileiro

As campanhas de conscientização sobre os males causados pelo cigarro diminuíram o consumo, mas o peso dos gastos com o produto ainda é alto no bolso das famílias brasileiras. O cigarro leva uma fatia de 1,08% do orçamento mensal das famílias, participação mais de três vezes superior à da batata, por exemplo.

Os dados são da metodologia de cálculo da inflação oficial no País, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A fatia do orçamento mensal das famílias destinada ao fumo praticamente equivale à da despendida com o tradicional arroz com feijão carioca (1,12% do IPCA), ou a tudo o que se gasta no mês com manicure, cinema e médico juntos (1,1% do IPCA). O gasto dos consumidores com cigarro é ainda 13,5 vezes superior ao do cafezinho, a bebida predileta do brasileiro.

Por ter um peso relevante, qualquer movimento no preço do cigarro mexe com a inflação no País, mas Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE, lembra que a influência já foi maior. Há vinte anos, o peso do cigarro na cesta de produtos consumidos pelos brasileiros chegava a 1,4%. Como o item ficou 448,17% mais caro desde então, contra uma alta de 252,08% da inflação oficial, o movimento mostra que as famílias cortaram despesas com o item.

“Isso é principalmente aumento de imposto. Não só para aumentar a arrecadação, mas, por ser considerado um item supérfluo e prejudicial à saúde, aumentou muito a tributação como uma política mesmo. Mais de 70% do preço do cigarro são impostos”, ressaltou Eulina.

Na indústria do fumo, o cigarro responde por aproximadamente 60% do volume produzido, enquanto o fumo processado detém os 40% restantes.

Fonte: Circuitomt – Edição: SE-Conicq

<http://circuitomt.com.br/editorias/economia/94786-economia-ibge-gasto-com-cigarro-quase-equivale-ao-do-arroz-com-fe.html>

Comissão da Câmara dos Deputados aprova proibição de venda de narguilés para menores

Texto altera Estatuto da Criança e do Adolescente

A Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, aprovou projeto de lei (PL 4431/16) que proíbe a venda de cachimbos, narguilés, piteiras, papéis para enrolar cigarro e outros produtos fumígenos para crianças e adolescentes.

O projeto é de autoria do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP) e recebeu parecer favorável da relatora na comissão, deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ). O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A deputada explicou que o ECA já proíbe a venda de alguns produtos para crianças e adolescentes, como armas de fogo, bebidas alcoólicas e produtos cujos componentes causam dependência física ou psíquica, como os cigarros.

O texto, porém, não abrange os itens que propiciam o uso de fumígenos, como é o caso dos narguilés, piteiras e papéis de enrolar cigarro. Para ela, a redação abrangente proposta pelo deputado Bulhões resolve esta questão.

Rosângela citou especialmente o caso dos narguilés, cujo consumo vem crescendo no País sem o devido controle ou preocupação com os efeitos sobre a saúde. “Segundo especialistas, o hábito de fumar narguilé, ao contrário do que aparenta, é tão ou mais deletério que o de fumar cigarros”, disse a relatora.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Câmara dos Deputados – Edição: SE-Conicq

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SAUDE/519349-SEGURIDADE-APROVA-PROIBICAO-DE-VENDA-DE-NARGUILE-PARA-MENORES-DE-18-ANOS.html>

DIVERSIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA

Brasil apresenta experiência em diversificação da produção de tabaco na COP7

O programa brasileiro de diversificação da produção agrícola de tabaco foi destaque em seminário organizado pela delegação brasileira durante a 7ª Conferência dos Estados Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP7).

Lançado em 2005, em compromisso assumido pelo governo com a ratificação do tratado, o programa visa apoiar a implantação de projetos de extensão rural, capacitação e pesquisa que gerem novas oportunidades de renda e melhore a qualidade de vida dos produtores de fumo.

Ticiano Imbroisi, consultora da Secretaria Especial de Agricultura Familiar da Presidência, ressaltou que 32 mil famílias produtoras deixaram a cadeia produtiva do tabaco entre 2009 e 2015, com redução de 17% na área plantada no país.

Pesquisa realizada pela Secretaria mostrou que, entre as 11 mil famílias atendidas pelo programa, 19,7% migraram para horticultura, 14,3% para o cultivo de frutas e 11,2% para produção de leite.

A delegação do Brasil apresentou ainda um vídeo sobre a visita dos governos da Jamaica, Filipinas e Uruguai à Florianópolis esse ano, quando puderam conhecer de perto a experiência de ex-fumicultores dos municípios de Nova Trento e Leoberto Leal. Com suporte técnico do Centro de Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), esses agricultores hoje se dedicam à produção de orgânicos, frutas em compotas e vinicultura.

Vinayak Prasad, Diretor de Projetos da Iniciativa Livre do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, afirmou que o volume de produção mundial de folhas de fumo vem se mantendo estável, apesar da queda global na prevalência de fumantes nos últimos anos.

“É importante que os países mostrem aos governos, fumicultores e outros atores, informações de como a indústria do tabaco vem utilizando táticas assustadoras”.

A pesquisadora do Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Silvana Turci, encerrou o evento com os resultados de uma pesquisa sobre os impactos sociais e ambientais da produção de fumo em mulheres fumicultoras do município de Palmeiras/PR. De acordo com o estudo, foram detectadas violações a direitos humanos, êxodo rural e ausência de protocolos clínicos para tratamento da doença da folha verde.

Fonte: SE-Conicq

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Indústria do tabaco e aliados esbarram no artigo 5.3 da CQCT durante COP7

Do início ao fim da COP7, realizada na Índia, entre 7 e 11 de novembro, a indústria do tabaco e aliados utilizaram diversas estratégias de pressão.

Da ocupação das áreas públicas onde ocorria a Conferência, passando pelo envio de inúmeros correspondentes dos estados produtores, pedidos de reuniões de prefeitos e parlamentares a membros da delegação brasileira, ofícios ao Ministro das Relações Exteriores, e protestos contra a proibição de participação do público e imprensa, todas as investidas se sucederam para que representantes da cadeia produtiva do tabaco fizessem parte do processo de discussão durante a Conferência.

Segundo a correspondente da Folha do Mate na COP7, Letícia Wacholz, a comitiva do tabaco brasileira se mostrou indignada com a falta de informações, após a proibição de acesso de pessoas não credenciadas ao prédio onde ocorria a Conferência.

Representantes da Japan Tobacco International (JTI) acusaram os organizadores da Conferência de práticas de censura.

Outro grupo afinado com a Indústria do Tabaco, a Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA), que arregimentou produtores entre países para acompanhar as sessões

da COP, intensificou uma campanha de desinformação, papel este exercido pela Associação de Agricultores da Índia (FAIFA) ao aplicar pressão sobre o governo indiano para permitir que seus membros participassem da COP argumentando sobre "princípios de transparência e equidade".

A mesma ITGA produziu um documento criticando as afirmações da Chefe do Secretariado, Vera Luiza da Costa e Silva, que denunciou o setor como "manipulador" e com "conflito de interesses". No documento, assinada pelo Presidente, Daniel Green, o ITGA, que afirma representar 30 milhões de produtores de tabaco em diversos países, reconhece a necessidade de regulamentação do produto.

"Reconhecemos a necessidade da existência de regulamentação, mas de uma forma racional e com base em estudos. No entanto, tudo o que vemos são propostas extremas que não têm qualquer efeito positivo na redução do consumo e encontra soluções para oferecer alternativas econômicas rotas famílias e comunidades que dependem desta cultura".

Em setembro, membros da ITGA da América do Norte e do Sul, Índia, Europa, África e Indonésia estiveram em Nova Deli para um seminário de dois dias para preparar seus protestos para a COP7.

Fonte: FCTC – Edição: SE-Conicq

PRODUTOS ILÍCITOS DO TABACO

Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito do Tabaco tramita na Câmara dos Deputados

Enfim a sociedade terá acesso ao texto do tratado que pretende eliminar o tabaco ilegal. Após dois anos em análise nos Ministérios da Fazenda, Saúde, Relações Exteriores e Justiça, o texto do Protocolo para Eliminar Comércio Ilícito dos Produtos de Tabaco foi encaminhado pelo governo, e se encontra a disposição dos parlamentares federais para discussão desde o dia 11 de novembro.

A mensagem de número 591/2016, específica para acordos, convênios, tratados e atos internacionais, será distribuída pelas quatro comissões, uma por vez: Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania. Após ser debatida e votada, segue para o Senado.

Abaixo, o texto de encaminhamento conjunto pelos Ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, Justiça e Saúde.

"Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República, Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior

envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, celebrado em Seul, em 12 de novembro de 2012. 2. O objetivo do referido Protocolo é eliminar todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco, para o que as Partes deverão adotar medidas para controlar efetivamente a cadeia de suprimentos, o que inclui a produção, a distribuição e a comercialização dos produtos de tabaco, ademais de cooperar internacionalmente sobre a matéria. 3. Outras disposições importantes do Protocolo referem-se à prevenção e à criminalização de condutas relativas ao comércio ilícito, além da destruição de bens confiscados. O Protocolo abrange, ainda, a cooperação internacional, incluindo o intercâmbio de informações, assistência jurídica e administrativa recíproca, bem como extradição. O Protocolo também aborda a proteção de dados pessoais. 4. O tema reveste-se de particular importância uma vez que o comércio ilícito de produtos de tabaco prejudica medidas adotadas no campo da saúde pública, como o controle sobre a comercialização, o aumento de impostos e o controle de preços com o objetivo de desestimular o consumo de tabaco, adotadas em decorrência da ratificação da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco pelo Brasil, em 2005. O comércio ilícito de produtos de tabaco afeta também, de forma negativa, a economia e a segurança do País. 5. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autênticas do Protocolo”.

Fonte: Câmara dos Deputados – Edição: SE-Conicq

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2115912>

MUNDO SEM TABACO

Países africanos concluem que tabaco dificulta desenvolvimento sustentável

Os chefes de delegação dos Estados-Membros da Região Africana adotaram o Convite à Ação de Argel para o Controle do Tabaco no final da reunião de alto nível sobre a implementação da CQCT.

Os participantes elogiaram os progressos na implementação da CQCT, e o aumento de Estados Africanos que ratificaram o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, mas constataram que a implementação da CQCT continua a apresentar desafios, e que o uso do tabaco continua a dificultar o desenvolvimento sustentável dos países da Região.

Argel utilizou como referência a Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a Declaração de Nairobi sobre a implementação da CQCT na Região Africana (2015) e o Convite à Ação de Kinshasa para acelerar a CQCT de modo a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015).

A capital da Argélia fez um apelo a todas as partes interessadas no controle do tabaco para que tomem medidas urgentes e relevantes para enfrentar os desafios da implementação a nível nacional e regional.

Fonte: Afo Who – Edição: SE-Conicq

<http://www.afro.who.int/pt/centro-media/communicados-de-imprensa/item/9102-os-chefes-de-delegacao-dos-estados-membros-da-regiao-africana-da-organizacao-mundial-da-saude-oms-adoptaram-o-convite-a-accao-de-argel-para-o-controlo-do-tabaco.html>

França reembolsa R\$ 500 para ajudar fumantes a abandonar o vício

A França decretou que novembro se tornou o Mês sem tabaco. O projeto visa incentivar os fumantes a abandonar o vício. Além de campanhas de informação, o governo propõe reembolsar o equivalente a R\$ 500 dos gastos em tratamentos para vencer a dependência.

Segundo estimativas recentes, o cigarro continua matando, a cada ano, entre 73 mil e 78 mil pessoas na França. Para combater essas estatísticas, as autoridades lançaram em 1º de novembro um mês sem tabaco.

A iniciativa, inspirada em um projeto que já existe há quatro anos no Reino Unido, consiste em criar um movimento coletivo, no qual os fumantes se sintam incentivados e acompanhados no projeto de parar de fumar.

"Parar um mês é simbólico. Se você pergunta a um fumante, ele admite que já tentou parar de fumar várias vezes, mas raramente mais de um mês. A maioria consegue uma ou duas semanas, mas depois não aguenta e volta a fumar", relata o professor Daniel Thomas, cardiologista e membro do Comitê Nacional de luta contra o tabagismo.

"Se nós conseguirmos, com essa dinâmica coletiva, fazer com que as pessoas parem durante um mês, nós sabemos, pois a experiência britânica provou isso, que os que param de fumar durante um mês, apoiados por seus próximos, têm cinco vezes mais chances de abandonar definitivamente o cigarro, em seguida", continua.

Além de conferências, grupos de ajuda e eventos de sensibilização organizados em todo o país durante o mês de novembro, o governo lançou uma vasta campanha de comunicação. A principal ferramenta é a distribuição gratuita de kits que dão aos fumantes dicas de como abandonar o cigarro. O material também ajuda a calcular quanto se gasta por ano com o vício e quanto se economizaria deixando o cigarro.

Mas o que mais está chamando a atenção é o incentivo financeiro dado pelo governo. O ministério francês da Saúde decidiu reembolsar € 150, mais de R\$ 500, dos gastos em

métodos para vencer a dependência. A medida já existia, mas o valor foi triplicado e agora é acessível a todos.

É como se o governo desse aos fumantes um envelope com 500 reais para a compra de medicamentos, como adesivos de nicotina ou inibidores do desejo de fumar. "Mas para que tudo isso funcione, o fumante tem que assumir que é dependente e aceitar ajuda", analisa o cardiologista.

Segundo a ministra francesa da Saúde, Marisol Touraine, mais da metade dos fumantes quer parar de fumar. Apenas no primeiro dia do Mês sem tabaco, mais de 120 mil fumantes se inscreveram no site do projeto. A operação custará aos cofres públicos € 10 milhões (cerca de R\$ 35 milhões).

Fonte: Folha – Edição: SE-Conicq

<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/11/1830395-franca-reembolsa-r-500-para-ajudar-fumantes-a-abandonar-o-vicio.shtml>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA